



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680224 - SC (2021/0219552-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : W D B (INTERNADO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de W. D. B. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação n. 5003523-31.2020.8.24.0020).

O paciente foi condenado pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo-lhe sido aplicada a medida socioeducativa de internação.

A impetrante sustenta a ilegalidade do acórdão impugnado, ao argumento de que o paciente já se encontrava em cumprimento de medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional pretérito. Dessa forma, defende a ausência de interesse processual do Estado, porquanto, em seu entendimento, o art. 45 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE impede o agravamento da situação de adolescente submetido à medida de internação por conta de fatos anteriores ao início de sua execução.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impetrado, a fim de impedir o seu trânsito em julgado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja declarada a ilegalidade do julgado e determinada a extinção da medida socioeducativa de internação ou, subsidiariamente, aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

APELAÇÃO CRIMINAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DO ART. 33, CAPUT, DA LEIN. 11.343/06. SENTENÇA QUE, RECONHECENDO A PERDA DO INTERESSE DE AGIR, EXTINGUIU A REPRESENTAÇÃO ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. RECURSO MINISTERIAL. PRETENDIDA REFORMA DA DECISÃO DE ORIGEM. PROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO QUE NÃO IMPEDE A APURAÇÃO DE FATOS PRETÉRITOS, BEM ASSIM A APLICAÇÃO DE NOVAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. EVENTUAL EXTINÇÃO OU UNIFICAÇÃO QUE INCUMBE AO JUÍZO DE EXECUÇÃO. ADEMAIS, AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO JÁ APLICADA OU PROGRESSÃO PARA OUTRA MAIS BENÉFICA. SENTENÇA REFORMADA. MÉRITO. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DIRETAMENTE POR ESTE ÓRGÃO JULGADOR. INSTRUÇÃO JÁ ENCERRADA, INCLUSIVE COM A PRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS PELAS PARTES. "[...] SE A AÇÃO PENAL ESTÁ EM CONDIÇÕES DE JULGAMENTO, ESPECIALMENTE PORQUE JÁ REALIZADA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E APRESENTADAS ALEGAÇÕES FINAIS PELAS PARTES, O TRIBUNAL ESTADUAL, AO AFASTAR NULIDADE RECONHECIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM NA SENTENÇA, PODE PASSAR AO EXAME DO MÉRITO DA IMPUTAÇÃO, APLICANDO-SE AO PROCESSO PENAL A TEORIA DA CAUSA MADURA. [...]" (AGRG NO ARESP 1546583/SP, REL. MINISTRA LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, JULGADO EM 17/12/2019, DJE 03/02/2020). AUTORIA E MATERIALIDADE DO ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS DEVIDAMENTE COMPROVADAS. ADOLESCENTE QUE, FLAGRADO VENDENDO DROGA À USUÁRIA, ARREMESSA AO CHÃO UM PACOTE DE ENTORPECENTE. CONFISSÃO JUDICIAL DO INFANTE ACERCA DA NARCOTRAFICÂNCIA, COM ARRIMO NOS DEPOIMENTOS POLICIAIS PRESTADOS SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO E NA DECLARAÇÃO ADMINISTRATIVA DO COMPRADOR. APREENSÃO DE 15 INVÓLUCROS DE COCAÍNA E DINHEIRO EM ESPÉCIE. PALAVRAS FIRMES E COERENTES DOS AGENTES PÚBLICOS QUE DETÊM ESPECIAL CREDIBILIDADE. ROBUSTO LASTRO PROBATÓRIO QUE PERMITE CONCLUIR PELA PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. REQUISITO DO ART. 122, II, DO ESTATUTO MENORISTA CONFIGURADO. EXISTÊNCIA DE DOIS PROCEDIMENTOS PRETÉRITOS JULGADOS PROCEDENTES E TRANSITADOS EM JULGADO. REITERAÇÃO DELITIVA DEMONSTRADA. JOVEM CONTUMAZ NA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS ANÁLOGOS AO CRIME DE TRÁFICO. CIRCUNSTÂNCIAS QUE RECOMENDAM A APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente